



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**VOZES FEMININAS: NARRATIVAS SOBRE O ACESSO AO ABORTO LEGAL EM  
SERVIÇOS PÚBLICOS**

Giovanna Malavolta Pizzo

UBERABA-MG  
2023

Giovanna Malavolta Pizzo

**Vozes Femininas: Narrativas sobre o Acesso ao Aborto Legal em Serviços Públicos**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de pesquisa: Psicologia e Família

Orientador: Prof. Dr. Rafael De Tilio

UBERABA-MG  
2023

**Catálogo na fonte:**

**Biblioteca da Universidade Federal do Triângulo Mineiro**

P769v Pizzo, Giovanna Malavolta  
Vozes femininas: narrativas sobre o acesso ao aborto legal em serviços públicos / Giovanna Malavolta Pizzo. -- 2023.  
78 f. : tab.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) -- Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2023  
Orientador: Prof. Dr. Rafael De Tilio

1. Aborto. 2. Violência sexual. 3. Mulheres maltratadas. 4. Aborto - Legalização. 4. Saúde pública. 3. Mulheres maltratadas. 4. Feminismo. I. De Tilio, Rafael. II. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. III. Título.

CDU 618.39



**Ministério da Educação**  
 Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
 Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
 Uberaba - MG

**ATA DE DEFESA E QUALIFICAÇÃO**

Programa de Pós-Graduação:	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGP)-UFTM				
Evento:	DEFESA DE DISSERTAÇÃO				
Data:	18/12/2023	Início em:	09h00	Término em:	11h00
Número de matrícula aluno:	2021.2003.0				
Nome do aluno:	Giovanna Malavolta Pizzo				
Título do trabalho:	Vozes femininas: Narrativas sobre o Acesso ao Aborto Legal em Serviços Públicos				
Área de concentração:	PSICOLOGIA				
Linha de Pesquisa:	PSICOLOGIA E FAMÍLIAS				
Projeto de pesquisa vinculado:					

Reuniu-se de forma remota, utilizando-se a plataforma Google Meet, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia, assim composta dos Professores Doutores: Vivian Matias dos Santos (Universidade Federal de Pernambuco), Tatiana Machiavelli Carmo Souza (Universidade Federal do Triângulo Mineiro), e Rafael De Tilio (Universidade Federal do Triângulo Mineiro), Orientador da Mestranda. Iniciando os trabalhos o Presidente da Sessão, Dr. Rafael De Tilio, apresentou a Comissão Examinadora e a Mestranda, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa. A seguir o Presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, às examinadoras, que passaram a arguir a Mestranda. Concluída a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca se reuniu e atribuiu o resultado final, considerando o trabalho da Mestranda:

**APROVADA**

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFTM.

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada, dela sendo lavrada a presente ata, que foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL DE TILIO**, Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, em 18/12/2023, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#) e no art. 34 da [Portaria Reitoria/UFTM nº 165, de 16 de junho de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Machiavelli Carmo Souza**, Usuário Externo, em 18/12/2023, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#) e no art. 34 da [Portaria Reitoria/UFTM nº 165, de 16 de junho de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **VIVIAN MATIAS DOS SANTOS**, Usuário Externo, em 08/02/2024, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#) e no art. 34 da [Portaria Reitoria/UFTM nº 165, de 16 de junho de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.uftm.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.uftm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1144971** e o código CRC **23A75924**.

## DEDICATÓRIA

*À minha bolinha de pelo tricolor, que por cinco anos me  
acompanhou no trajeto de descobrir a mulher que sou.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de agradecer a todas as mulheres que participaram dessa pesquisa e que dispuseram de seus tempos para nos contarem histórias tão difíceis de sofrimento e enfrentamento.

Ao NUAVIDAS e sua equipe, por disponibilizarem tanto o espaço para realização da pesquisa e por tudo que aprendi com vocês no tempo que estive no hospital. O NUAVIDAS fez parte da minha formação não só como psicóloga, mas também da mulher feminista que sou.

À minha família, que me deu colo e alento em todos os momentos que precisei e que me proporcionaram todo o suporte necessário desde que saí de casa.

Ao Caio e nossos filhotes felinos, obrigada por estarem ao meu lado em todas as turbulências da vida. À Maíra, um imenso obrigada por pegar na minha mão e sentar do meu lado tantas vezes em que sua presença foi meu combustível. Às minhas amigas Jéssica, Suzanna e Jennifer pelo suporte de sempre. À Kellen e Camila, foi um prazer desfrutar dessa jornada ao lado de vocês, com certeza vocês deixaram tudo mais leve.

Ao meu orientador Rafael De Tilio, sua humanidade e cuidado com certeza me mostraram um lado da docência que eu nunca imaginaria presenciar. Obrigada por me orientar e também por esperar todo tempo que precisei para elaborar esse trabalho internamente e externamente.

Ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro e à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) por proporcionar a realização deste trabalho.

## SUMÁRIO

<b>Resumo</b>	9
<b>Abstract</b>	10
<b>Apresentação da Dissertação</b>	17
<b>Estudo 1</b>	13
<b>Estudo 2</b>	16
<b>Considerações Finais da Dissertação</b>	19
<b>Referências da Dissertação</b>	21
<b>Apêndices</b>	30
Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Presencial	30
Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Online	33
Apêndice C – Roteiro de Entrevista Semiestruturada	36
<b>Anexos</b>	37
Anexo A – Aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal de Uberlândia	37
Anexo B - Aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal do Triângulo Mineiro	39

## RESUMO

Quando há gestação decorrente de estupro as mulheres tem o direito legal de interromperem as gestações, caso desejem. Entretanto, o percurso para realizar a interrupção legal da gravidez no Brasil é permeado de inúmeras barreiras históricas e sociais. Há uma grande distância entre o que está previsto em lei e uma plena efetivação dos direitos das mulheres. O objetivo geral da dissertação consistiu em compreender como mulheres produzem sentidos sobre suas histórias, seus corpos e sexualidades após a realização de uma interrupção legal e também de escutar como foram os caminhos percorridos por mulheres em busca de uma do aborto previsto em lei e suas experiências com a atenção à saúde. A presente dissertação é composta por dois estudos. O estudo 1 é uma pesquisa qualitativa que teve como objetivo compreender como mulheres produzem sentidos sobre suas histórias, seus corpos e sexualidades após a realização de uma interrupção legal da gestação decorrente de estupro. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seis mulheres que utilizaram os serviços de interrupção legal da gestação em uma cidade de Minas Gerais, cujos conteúdos foram organizados através da análise temática reflexiva em três categorias: A história e descoberta; A escolha: entre a culpa e o alívio; Ser mulher e sexualidade. Para análise dos dados, partimos dos pressupostos das epistemologias feministas. Através dos relatos dessas mulheres fomos capazes de perceber que existe uma grande dificuldade no caminho dessas mulheres até os serviços de saúde, assim como um escancarado sofrimento perante as realidades das inúmeras violências sofridas. O estudo 2 também adotou uma abordagem qualitativa, partindo do objetivo de escutar como foram os caminhos percorridos por mulheres em busca de uma do aborto previsto em lei e suas experiências com a atenção à saúde. Através do conteúdo das entrevistas realizadas com as seis mulheres mencionadas anteriormente, partimos da análise temática reflexiva juntamente com as epistemologias feministas e elencamos três categorias para discussão: (Des)Informação e (Des)Orientação; Solidão e fragilidade da Rede; Atuação da equipe de saúde. Percebemos através de seus relatos uma importante desinformação acerca dos próprios direitos. Além disso, o percurso até encontrarem direcionamentos no setor público de saúde sobre o abortamento legal foi extremamente difícil e solitário. Todavia, após receberem o devido atendimento e realizarem o abortamento previsto em lei, as mulheres se sentiram acolhidas e bem recebidas pela equipe de saúde. Notou-se também que há uma grande lacuna entre o que está prescrito nas normas do Ministério da Saúde e sua implantação efetiva por parte dos profissionais de saúde. Ambos estudos apontam para a necessidade um ampliar o olhar para a saúde das mulheres, ampliar seus direitos e não omitir as experiências subjetivas que enredam o “ser mulher” em uma sociedade que opera em bases patriarcais.

**Palavras-chave:** aborto legal; violência sexual; saúde pública; mulheres; feminismo.

## ABSTRACT

When there is a pregnancy resulting from rape, women have the legal right to terminate pregnancies if they wish. However, the process of legally terminating a pregnancy in Brazil is fraught with numerous historical and social barriers. There is a significant gap between what is prescribed by law and the full realization of women's rights. The overall goal of this dissertation was to understand how women make sense of their stories, bodies, and sexualities after undergoing a legal abortion and to listen to the paths taken by women seeking a legally prescribed abortion and their experiences with healthcare. This dissertation consists of two studies. Study 1 is a qualitative research that aimed to understand how women make sense of their stories, bodies, and sexualities after undergoing a legal abortion due to rape. Semi-structured interviews were conducted with six women who used legal abortion services in a city in Minas Gerais, and the contents were organized through reflexive thematic analysis into three categories: History and Discovery; The Choice: Between Guilt and Relief; Being a Woman and Sexuality. For data analysis, we drew on feminist epistemological assumptions. Through the narratives of these women, we were able to perceive a significant difficulty in the path these women took to access healthcare services, as well as their evident suffering in the face of the realities of the numerous violences they endured. Study 2 also adopted a qualitative approach, with the aim of listening to the paths taken by women seeking a legally prescribed abortion and their experiences with healthcare. Based on the content of the interviews conducted with the six women mentioned earlier, we used reflexive thematic analysis together with feminist epistemologies and identified three categories for discussion: (Mis)Information and (Mis)Guidance; Loneliness and the Fragility of the Network; The Role of the Healthcare Team. We noticed through their accounts a significant lack of information about their own rights. Furthermore, the journey to find guidance in the public healthcare sector regarding legal abortion was extremely difficult and lonely. However, after receiving the proper care and undergoing the legally prescribed abortion, the women felt supported and well-received by the healthcare team. It was also evident that there is a significant gap between what is prescribed in the Ministry of Health's guidelines and its effective implementation by healthcare professionals. Both studies point to the need to broaden the perspective on women's health, expand their rights, and not overlook the subjective experiences that entangle "being a woman" in a society that operates on patriarchal foundations.

**Keywords:** legal abortion; sexual violence; public healthcare; women; feminisms.

## APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Com o tempo eu descobri que não consigo escrever sem me inscrever. Durante o percurso do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFTM eu precisei me reinventar inúmeras vezes. Quando paro para pensar no começo do meu percurso, eu fico orgulhosa de ter chegado aqui. Nesse caminho, me descobri como leitora e como mulher feminista.

Desde a graduação estive envolta por temas relacionados a violências contra as mulheres, mas me parece que eu não havia realmente dado espaço para minhas inquietudes. Durante o processo de escrita, li diversos livros e fui mergulhando cada vez mais em referenciais teóricos feministas. Muito do que me inquietava foi fazendo sentido, e foi me revoltando também, quando pegava os relatos das mulheres, ficava triste junto. Sentia ódio, sentia raiva e precisava de tempo para elaborar o quanto aquelas palavras ecoavam em mim.

Durante o mestrado me deparei com diversas perdas e lutos que ainda pipocam aqui e acolá, mas eu permaneci, e muito devo à humanidade de meu orientador que não apenas me incentivou, mas que aguardou com calma e cuidado o tempo que precisei para redigir as histórias dessas mulheres.

A pesquisa foi aprovada pelos Comitês de Ética da Universidade Federal do Triângulo Mineiro e também da Universidade Federal de Uberlândia, devido ao fato de que a pesquisa foi realizada no Núcleo de Atenção Integrada a Vítimas de Agressão Sexual, situado dentro do Hospital das Clínicas da UFU (Anexos A e B). Só participaram da pesquisa as mulheres que assinaram os Termos de Consentimentos Livres e Esclarecidos (Apêndice A e B), a depender se a entrevista semiestruturada, guiada por um roteiro (Apêndice C), seria feita de maneira online ou presencial.

No dia 28 de setembro de 2023, eu estava redigindo um dos artigos enquanto aconteciam nas ruas das capitais de nosso país o dia Latino-Americano de Luta pela Descriminalização e Legalização do aborto e também o dia de Ação Global para o Acesso ao Aborto Seguro Legal. Eu não pude estar na rua, mas pude estar aqui, escrevendo essa dissertação e fazendo ecoar as vozes das mulheres que aqui escutaremos.

## ESTUDO 1

### ABORTAMENTO LEGAL APÓS ESTUPRO: RELATOS DE SOFRIMENTOS E DE ENFRENTAMENTOS<sup>1</sup>

#### LEGAL ABORTION AFTER RAPE: REPORTS OF SUFFERING AND COPING

A partir do entendimento das violências contra as mulheres como um dos grandes problemas estruturais do Brasil, e também dos impactos das violências de gênero em nossa sociedade, sabemos que o aborto é uma pauta em questão e que requer a atenção de novas pesquisas. Salvos os casos respaldados em lei (Lei 2848/40) que são quando a mulher corre de risco de vida, quando a gestação é decorrente de estupro e quando há anencefalia fetal, o aborto induzido é considerado crime.

Quando há gravidez decorrente de estupro a mulher pode decidir seguir com a gestação ou interrompê-la em dispositivos de saúde pública, assistida por equipes multidisciplinares capacitadas. Em nosso país, nota-se que há discrepância entre os serviços de aborto legal previstos nas políticas públicas e sua implementação na prática, apontando a existência de poucos serviços em relação à demanda.

Entendemos que na sociedade em que estamos inseridas, o controle sobre os corpos é exercido de maneira cultural e patriarcal, e faz-se necessários desnaturalizar o discurso do que mulheres devem ser, fazer e sentir, principalmente quando dizem respeito à maternidade. Para isso, precisamos falar sobre aborto, violências e estruturas sociais a partir de perspectivas feministas.

Assim, essa investigação propôs-se a escutar algumas histórias de mulheres sobre seus corpos e sexualidade que utilizaram um serviço de saúde no interior de Minas Gerais para realização de uma interrupção legal da gestação. Portanto, nosso objetivo desse trabalho foi

---

<sup>1</sup> Autoras: Giovanna Malavolta Pizzo, Rafael De Tilio. Artigo submetido ao periódico Revistas Feminismos (UFBA).

compreender como mulheres produzem sentidos sobre suas histórias, seus corpos e sexualidades após a realização de uma interrupção legal da gestação decorrente de estupro.

Para isso, em um formato de pesquisa qualitativa, foram convidadas a participar de entrevistas semiestruturadas seis mulheres que utilizaram dos serviços públicos de interrupção legal da gestação. As participantes foram mulheres jovens, heterossexuais, moradoras de cidades no estado de Minas Gerais, com rendas médias de 1,3 salários mínimos. Eram quase todas autônomas e possuíam altos níveis de escolarização.

A coleta das entrevistas foi realizada no próprio hospital, ou de maneira online através de dia e horário combinado com as participantes. As entrevistas foram gravadas em sua íntegra e transcritas. A análise dos dados foi feita através do software de pesquisa qualitativa webQDA e também a partir da Análise Temática Reflexiva. Além disso, para compreensão dos conteúdos das entrevistas a análise partiu de alguns pressupostos das epistemologias feministas, em sua maioria pelos conceitos do feminismo negro.

Os conteúdos das entrevistas foram organizados em três categorias. A primeira “A história e a descoberta”, descreve as histórias das violências sofridas, a descoberta da gravidez e todos os sentimentos atrelados como medo, nojo, vergonha, susto e desespero. O desamparo também permeia o discurso dessas mulheres, assim como a possibilidade de suicídio como a única saída, caso o serviço de saúde não existisse. A segunda “A escolha: entre a culpa e o alívio”, aponta as dificuldades vividas pelas mulheres na hora de optar por seus direitos previstos em lei. Entre dilemas religiosos e falta de rede de apoio, elas nos narraram uma mistura de sensações e sentimentos entre culpa e alívio, sem se esquecerem de todas as marcas das violências revividas durante o procedimento cirúrgico ou medicamentoso para interrupção da gravidez.

A terceira “Ser mulher e sexualidade”, discorre sobre a vida das mulheres após o aborto, como a relação dessas mulheres com elas mesmas com uma violência que gera e deixa sintomas,

diferentes olhares sobre o que é ser mulher e o que é a sexualidade, assim como a possibilidade de enxergarem ser possível uma vida sexual e relacionamentos após tudo que (sobre)viveram.

Os discursos das mulheres são permeados de sofrimento e enfrentamento e nos denunciam o quão urgente é questionarmos as questões que envolvem o feminino e a sociedade. A violência sexual em si já tem um potencial devastador, porém quando somada à uma gravidez indesejada e à procura de políticas públicas que são pouco divulgadas e também escondidas por motivos políticos, se torna ainda mais difícil. A solidão e ausência de rede de apoio relatadas pelas mulheres – às vezes por escolha própria, com medo de serem julgadas – nos revelam os lugares das mulheres em nossa sociedade, atravessadas pelos dispositivos materno e amoroso, objetificadas e desempoderadas, cogitando abrirem mão das próprias vidas caso não conseguiram abortar. Escutamos sobre o alívio ao abortar, um pequeno estalar de uma política sexual feminista em uma sociedade patriarcal sufocante.

A partir do momento que demos espaço a essas mulheres, a pesquisa ilustrou suas potencialidades por trazer à tona sentimentos muitas vezes não contemplados pelas pesquisas estritamente científicas. Que possamos continuar escrevendo e escutando as mulheres com a esperança feminista que conquistemos os direitos pelos nossos corpos, o direito de escolher (ou não) por um aborto seguro e o direito de existirmos sem medo.

## ESTUDO 2

### MULHERES EM BUSCA DE ABORTAMENTO LEGAL: UM RECORTE DA ATENÇÃO À SAÚDE<sup>2</sup>

#### WOMEN SEEKING LEGAL ABORTION: AN EXCERPT OF HEALTHCARE MUJERES EN BUSCA DE ABORTO LEGAL: UN ENFOQUE DE LA ATENCIÓN MÉDICA

Considerando os números alarmantes das violências em nosso país e suas diversas maneiras (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral). A violência sexual engloba o crime do estupro, fruto da cultura do patriarcado. Dentre as consequências do estupro a gravidez pode ser compreendida como uma segunda violência, dentre tantas outras. De acordo com o artigo 128 do Código Penal, existem somente três situações em que o aborto não é passível de criminalização: quando há risco de vida para a gestante; quando a gravidez é resultante de um estupro e o aborto foi consentido pela gestante (ou seu representante legal); e em situações em que o feto apresenta anencefalia.

Apesar de o Código Penal atualmente em vigor datar de 1940, foi somente em 1989 que foi criado o primeiro serviço de atendimento às mulheres em situação de violência sexual, no Hospital Municipal Artur Ribeiro de Saboya, localizado na cidade de São Paulo. Faz 83 anos que o aborto decorrente de estupro não é mais crime em nosso país, contudo, a realidade de implantação dos serviços de aborto legal segue uma temporalidade diferente, principalmente pelo caráter político e social. Estudos recentes apontam que o número de serviços públicos cadastrados para realizar o serviço de interrupção legal da gestação não condiz com a realidade das violências que

---

<sup>2</sup> Autoras: Giovanna Malavolta Pizzo, Rafael De Tilio. Artigo submetido ao periódico Revista Psicologia: Ciência e Profissão.

presenciamos e com o número de mulheres que precisam do serviço, mas que não tem conhecimento sobre sua existência e nem sobre seus direitos.

Sabemos que os percursos até o aborto legal são dificultados não somente pela falta de informações da população e por lacunas no setor de saúde suplementar (por exemplo, Unidades de Pronto Atendimento, Unidades Básicas de Saúde, Delegacias, entre outros), mas também por buscarem o próprio aborto em si. O aborto questiona as estruturas patriarcais ao propor que as mulheres podem escolher o que querem fazer com seus próprios corpos. Por ser também uma questão de saúde pública, precisamos que existam profissionais capacitados nos serviços que realizam a interrupção legal da gestação. Desse modo, nesse trabalho nos propomos a escutar como foram os caminhos percorridos por mulheres em busca de uma interrupção legal da gestação em um serviço de saúde no estado de Minas Gerais, e suas experiências com a atenção à saúde.

A coleta de dados se deu através de buscas ativas durante dos meses de março a agosto de 2022 em um serviço público do estado de Minas Gerais, com o auxílio da equipe presente nos plantões, ou seja, quando havia atendimento às mulheres que se encaixavam nos critérios da pesquisa. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com auxílio de um pré-roteiro com perguntas norteadoras para que as participantes pudessem também guiar a entrevista, de forma a tomar a palavra. Propusemos escutar as histórias e narrativas das mulheres que participaram dessa pesquisa: jovens, heterossexuais, moradoras das cidades no estado de Minas Gerais, com rendas médias de 1,3 salários mínimos. Eram quase todas autônomas e possuíam altos níveis de escolarização.

O Software de pesquisa qualitativa webQDA e Análise Temática foram as ferramentas aplicadas no conjunto transcrito das entrevistas. Para análise teórica das categorias partimos das epistemologias feministas, as quais também podemos chamar de *feminist standpoint*.

Buscamos ouvir as histórias das mulheres em seus percursos em busca do aborto legal, bem como o apoio (ou a ausência dele) de pessoas próximas e a experiência no próprio serviço em si. Como partimos de um *feminist standpoint*, nosso intuito é dar voz a essas mulheres para que sejam não somente ouvidas, mas sim, escutadas. Os resultados foram divididos em três categorias: a primeira, “(Des)Informação e (Des)Orientação”, nos conta os caminhos das mulheres até o serviço de saúde, levando em conta tanto os aspectos facilitadores quanto as barreiras no acesso a esse direito, incluindo quais informações tinham sobre o serviço e sobre a interrupção legal da gestação. A segunda, “Solidão e fragilidade da Rede”, aborda a solidão vivida durante o processo de decisão pela interrupção, presente na fragilidade de uma rede de apoio e também de uma Rede de saúde melhor delineada. A terceira, “Atuação da equipe de saúde”, narra a experiência com a equipe de saúde desde a primeira consulta até o pós-procedimento.

O desamparo e desespero das mulheres são fatores marcantes encontrados na pesquisa. São narrativas de lutas incansáveis para permanecerem vivas e terem seus direitos preservados. Suas falas são muito expressivas no que diz respeito a como a sociedade tenta legislar sobre o corpo das mulheres e sua autonomia. As mulheres entrevistadas tinham pouquíssimas informações sobre seus direitos ao aborto legal e sobre como acessá-lo na rede pública de saúde. Ademais, ouvimos que quase todos os processos em busca da interrupção legal da gestação foram vividos de maneira solitária, com medo de julgamentos de outras pessoas e instituições. Notamos também uma grande fragilidade na comunicação da rede de saúde com os outros dispositivos assistenciais e de segurança pública, assim como uma desinformação por parte dos integrantes dos dispositivos.

É preciso um olhar necessário para um preparo ético e cuidadoso de todos os profissionais de saúde envolvidos no atendimento, bem como uma divulgação, capacitação das profissionais e ações mais contundentes das políticas públicas para assegurar os direitos das mulheres.

## CONSIDERAÇÕES GERAIS DA DISSERTAÇÃO

A partir dos dois estudos realizados, foi possível observar que as mulheres não estão sendo ouvidas e seus direitos não estão sendo plenamente implementados. O aborto legal e seguro é uma questão de saúde pública, e o caminho até a efetivação desse direito tem sido permeado por inúmeras dificuldades e barreiras. Tanto no âmbito pessoal quanto social, as mulheres encontraram-se desamparadas frente à várias violências, inclusive nos sistemas públicas de segurança e de saúde. A formação qualificada dos profissionais de saúde que recebem e acompanham as mulheres é uma outra pauta que merece destaque e há potências para pesquisas no âmbito dessas lacunas na formação profissional.

A pesquisa apresentou algumas limitações como o pequeno número de mulheres entrevistadas e também o fato de que as pesquisas foram realizadas dentro do serviço de saúde do qual elas interromperam legalmente a gestação, o que pode influenciar na descrição de suas experiências.

A partir das considerações acima, destacamos a relevância desse estudo, assim como a necessidade de discutirmos cada dia mais as políticas públicas voltadas para as mulheres; estando o aborto legal e a descriminalização do aborto no centro dessas pautas. Faz-se mister outros estudos no campo da saúde que possam acompanhar um maior número de mulheres e que possam seguir acompanhando-as de maneira longitudinal ao longo da vida a fim de compreender as marcas profundas das violências e suas reverberações ao longo dos anos.

Esperamos que assim como pude me contornar e me descobrir como leitora feminista ao longo dessa dissertação, que as palavras tão duras de sofrimento das mulheres escutamos nesse texto mobilizem algo em quem nos lê. Que possa ser um combustível com um potencial

transformador de uma visão cristalizada, heteronormativa e patriarcal na qual estamos todas inseridas. Que cause efeito, mesmo que seja incômodo.

## REFERÊNCIAS GERAIS DA DISSERTAÇÃO

Artigo 19 (2019). Mapa do Aborto Legal: Tudo sobre Aborto Legal no Brasil. *Artigo 19*.

Disponível em: <https://mapaabortolegal.org/>

Bandeira, L. M. (2017). Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: Stevens et al., (Org). *Mulheres e violências: interseccionalidades* (pp. 14-34). Brasília: Technopolitik.

Barros, E. & Sintoni, G. (2022). Para 74% dos brasileiros, casos de aborto previsto por lei devem ser mantidos ou ampliados. (2022). *Agência Patrícia Galvão e Locomotiva*. Disponível em:

[https://agenciapatriciagalvao.org.br/institucional/pesquisas/aviso-de-pauta-para-74-dos-brasileiros-casos-de-aborto-previsto-por-lei-devem-ser-mantidos-ou-ampliados/?doing\\_wp\\_cron=1696174727.4286050796508789062500](https://agenciapatriciagalvao.org.br/institucional/pesquisas/aviso-de-pauta-para-74-dos-brasileiros-casos-de-aborto-previsto-por-lei-devem-ser-mantidos-ou-ampliados/?doing_wp_cron=1696174727.4286050796508789062500)

Bei, A. (2017). *O peso do pássaro morto*. São Paulo: Editora Nós.

Biroli, F. (2018) *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo.

Borges, R.M.Z. & Santana, J.C. (2022). Imposição Colonial e Estupro Conjugal: uma leitura da dinâmica do poder no contexto familiar. *Revista Direito e Práxis*, 13(1), 93-117. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdp/a/WjBGGRzdVfbD7cBPyzkyqLg/?lang=pt>

Borges, T. M. (2019). *Pena de um corpo só: a relação entre a violência contra a mulher e a decisão pelo aborto*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação Profissional em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Brasil (1940). *Código Penal Brasileiro, Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940*.

Disponível

em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=250495](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=250495)

Brasil (2006). Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)

Brasil (2020). Lei nº 13.989, de 15 de abril de 2020. Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2). Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm)

Braun, V. & Clarke, V. (2019). Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, 11(4), 589-597. Disponível em: <https://uwe-repository.worktribe.com/output/1493232/reflecting-on-reflexive-thematic-analysis>

<https://uwe-repository.worktribe.com/output/1493232/reflecting-on-reflexive-thematic-analysis>

Cixous, H. (2022). *O riso da Medusa*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Conselho Federal de Medicina (CFM) (2019). *Código de Ética Médica*.

Correia, M. (2023) Pioneira em aborto legal por telemedicina tem painel cancelado novamente.

*Agência Pública*. Disponível em: <https://apublica.org/nota/pioneira-em-aborto-legal-por-telemedicina-tem-painel-cancelado-novamente>

Costa, C. (2018). Rede. In: Hollanda, H. B. (Org). *Explosão Feminista: Arte, Cultura, Política e Universidade* (pp. 31-33). São Paulo: Companhia das Letras.

Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe* (1ª ed.). São Paulo: Boitempo.

Diniz, D. & Gebara, I. (2022). *Esperança Feminista* (1ª ed.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Diniz, D., Medeiros, M. & Madeiro, A. (2023). National Abortion Survey - Brazil, 2021. *Ciência & Saúde Coletiva*, 28(6), 1601–1606. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/mDCFKkqkyPbXtHXY9qcpMqD/abstract/?lang=pt#>

Diniz, D., Medeiros, M., Souza, P. H. G. F., & Goés, E. (2023b). Aborto e raça no Brasil, 2016 a 2021. *Ciência & Saúde Coletiva*, [online]. Disponível em:

<http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/aborto-e-raca-no-brasil-2016-a-2021/18886?id=18886>

Dios, V. C. (2016). *A palavra da mulher: práticas de produção de verdade nos serviços de aborto legal no Brasil*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília.

Falcão, M., Vivas, F., Rodrigues, M., Garcia, G. & Lima, K. (2023, 22 de setembro). STF: Entenda o que pode mudar na regra sobre gestação até a 12ª semana. *G1 Política*. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/22/stf-julga-descriminalizacao-do-aborto-ate-a-12a-semana-de-gestacao-entenda-o-que-pode-mudar.ghtml#8>

Federici, S. (2015). Reencantando o mundo: tecnologia, corpo e construção dos comuns. In Federici, S. (Org), *Reecantando o mundo: o feminismo e a política dos comuns*; tradução do Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante (2022).

Federici, S. (2020). *Par-delà les frontières du corps*. Paris: Éditions Divergences.

Folha de São Paulo. (2023). *Podcast investiga maior processo por aborto do Brasil e como tema virou debate político*. [online]. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2023/08/podcast-investiga-maior-processo-por-aborto-do-brasil-e-como-tema-virou-debate-politico.shtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwa](https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2023/08/podcast-investiga-maior-processo-por-aborto-do-brasil-e-como-tema-virou-debate-politico.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa)

Gama, M.S.B. & Zanello, V. (2019). Dispositivo amoroso e tecnologias de gênero: uma investigação sobre a música sertaneja brasileira e seus possíveis impactos na pedagogia afetiva do amar em mulheres. In E. Oliveira, S.R.O. Silva, V. Zanello (Orgs.), *Gênero, subjetivação e perspectivas feministas* (pp. 163-183). Brasília: Technopolitik.

Giugliani, C., Ruschel, A.E., Patuzzi, G.C., & Silva, M.C.B. (2021). *Violência Sexual e Direito ao Aborto Legal no Brasil: fatos e reflexões*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Gonzaga, P.R.B. (2019). Sobre úteros que sangram e mulheres inteiras: uma aposta que a Psicologia pode – e deve – ser feminista, antirracista e decolonial. In P.R.B. Gonzaga, L.

Gonçalves, C. Mayorga (Orgs.), *Práticas acadêmicas e políticas sobre o aborto* (pp. 190–204). Belo Horizonte: CRP04.

Haraway, D. (2009). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7–41. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>

Holanda, A.C.P. & Xerez, R.M. (2021). O Conto da Aia e o aborto no Brasil: a ausência de liberdade da mulher sobre o próprio corpo. *Revista Estudos Feministas*, 29(1), e61052. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/LBdSdHZVD3WfPPrCpxPsPFz/#>

hooks, b. (2020). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras* (13ª ed.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2023). Elucidando a Prevalência de Estupro no Brasil a Partir de Diferentes Bases de Dados. In Ferreira et al. (Org.), *Elucidando a Prevalência de Estupro no Brasil a Partir de Diferentes Bases de Dados* (1ª ed.). Brasília. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11814/1/Publicacao\\_preliminar\\_TD\\_Elucidando\\_a\\_prevalencia\\_de\\_estupro.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11814/1/Publicacao_preliminar_TD_Elucidando_a_prevalencia_de_estupro.pdf)

Jacobs, M. G. *Oferta e realização de interrupção legal de gravidez no Brasil: análise de dados dos Sistemas de Informações Ambulatoriais e Hospitalares e do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis,

Kluk, E., Trigueiro, T.H., Berteloni, G.M.A. & Lourenço, R.G. (2022). Women experiencing drug-facilitated sexual assault. *Research, Society and Development*, 11(8), e0911830538. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/30538>

Machado, C. L., Fernandes, A. M. S., Osis, M. J. D., & Makuch, M.Y. (2015). Gravidez após violência sexual: vivências de mulheres em busca da interrupção legal. *Cadernos de Saúde Pública*,

31(2), 345-353. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/ynyNzd6WFfpwhBDr4MrZM6t/abstract/?lang=pt>

Madeiro, A. P. & Diniz, D. (2016). Serviços de aborto legal no Brasil – um estudo nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(2), 563–572. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/L6XSyzXN7n4FgSmLPpvcJfB/#>

Marques, R. & Graeff, B. (2022). Análise Temática Reflexiva: interpretações e experiências em educação, sociologia, educação física e esporte. *Motricidades: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana*, 6(2), 115–130. Disponível em:

<https://www.motricidades.org/journal/index.php/journal/article/view/2594-6463-2022-v6-n2-p115-130>

Martino, M.K. (2020). *Violência sexual contra mulheres e discursos sobre abortamento legal* (Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Massaro, L.T.S., Adesse, L., Laranjeira, R., Caetano, R. & Madruga, C.S. (2019). Estupros no Brasil e relações com o consumo de álcool: estimativas baseadas em autorrelato sigiloso. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(2), e00022118. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/sTdxtDqQsj68cckTnWKVVBB>

Miguel, L.F. (2014). O debate sobre prostituição. In L.F. Miguel, F. Biroli (Orgs.), *Feminismo e política: uma introdução* (1ª ed., pp. 139-145). São Paulo: Boitempo.

Minayo, M.C.S. (2014). *O desafio do conhecimento*. Pesquisa qualitativa em saúde (14ª ed.). São Paulo: Hucitec.

Ministério da Justiça. (2010). *Norma técnica de padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – DEAMs*. Secretaria de Política para as Mulheres, Brasília. 84p.

Ministério da Saúde do Brasil (2005). *Portaria/GM n. 1508, de 1º de setembro de 2005. Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS*. Brasília, DF.

Ministério da Saúde do Brasil (2014). *Portaria/GM n. 485, de 1º de abril de 2020. Redefine o funcionamento do Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)*. Brasília, DF.

Ministério da Saúde do Brasil (2020a). *Portaria/GM n. 467, de 20 de março de 2020. Dispõe, em caráter excepcional e temporário, sobre as ações de Telemedicina, com o objetivo de regulamentar e operacionalizar as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional previstas no art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, decorrente da epidemia de COVID-19*. Brasília, DF.

Ministério da Saúde do Brasil (2020b). *Portaria GM/MS nº 2.561, de 23 de setembro de 2020, que "Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS*. Brasília, DF.

Ministério da Saúde do Brasil (2022). Secretaria de vigilância em Saúde. *Mortalidade materna no Brasil, 2009 a 2020. Boletim Epidemiológico, 53(20)*.

Ministério da Saúde do Brasil (2023). *Informações de Saúde (Tabnet)*. Coordenação-Geral de disseminação de informações em Saúde – CGDIS, DataSUS. <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>

Ministério da Saúde do Brasil (2023). *Portaria/GM n. 13, de 13 de janeiro de 2020. Revoga Portarias que especifica e dá outras providências*. Brasília, DF.

Ministério da Saúde do Brasil. (2011). *Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica* (2ª ed.). Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, 60p.

Ministério da Saúde do Brasil. (2012). *Prevenção e Tratamento dos Agravos resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes: norma técnica* (3ª ed). Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – Caderno nº 6. 126p.

Neto, F.R.X., Oliveira, J.S.& Rocha, J. (2007). Violência sofrida pelas profissionais do sexo durante seu trabalho e as atitudes tomadas após serem vitimadas. *Rev. Min. Enferm.*, 11(3), 248-253. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-508651>

Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV/USP). (2023). *Brasil bate recorde de feminicídios em 2022, com uma mulher morta a cada seis horas*. [online]. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/noticias/8-3-23-nev-na-midia-monitor-da-violencia-g1-brasil-bate-recorde-de-femicidios-em-2022-com-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas/>

Nunes, M. C. A. & Morais, N. A. (2016). Estupro e gravidez: Relatos das vivências de mulheres antes e após o desfecho da gestação. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 21(4), 468-476. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/dywQZDsGJfTrBmy7h4hqcCt/?lang=pt>

Oreli, S. J. C. (2023). As fantasias e elucubrações sobre o conceito JAMAIS no pronunciamento da CNBB. *Unisinos* Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/632667-as-fantasias-e-elucubracoes-sobre-o-conceito-jamais-no-pronunciamento-da-cnbb>

Organização Mundial da Saúde. (2005). *Educação para uma maternidade segura: módulos de educação* (2ª ed.). Genebra, Suíça: OMS.

Organização Mundial da Saúde. (2021). *Estimativas da prevalência da violência contra as mulheres em 2018*. [online], mar. Disponível em: <https://who.canto.global/s/KDE1H?viewIndex=0>

Rago, M. (2019). Epistemologia feminista, gênero e história. In H. B. Hollanda (Org.), *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto* (pp. 371-387). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando.

Rosa, L.S.D. & Mackedanz, L.F. (2021). A Análise Temática Como Metodologia Na Pesquisa Qualitativa em Educação Em Ciências. *Atos de Pesquisa em Educação*, 16, e8574. Disponível em:

<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/8574>

Ruschel, A. E., Machado, F. V., Giugliani, C., & Knauth, D. R. (2022). Mulheres vítimas de violência sexual: rotas críticas na busca do direito ao aborto legal. *Cadernos De Saúde Pública*,

38(10), e00105022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/w6BxH8dbhhwCbmr9qR7cz5h/abstract/?lang=pt#>

Saffioti, H. I. B. (2015). *Gênero patriarcado violência* (2ª ed.). São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo.

Silveira, J.R., Lima, M.M., Costa, R.& Baigorria, J. (2021). Percepções da equipe multiprofissional frente à interrupção legal da gestação por violência sexual. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 30,

E20190070. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tce/a/3rGj8s9LLCFtmmX9MM5XR5s/?lang=pt#>

Sousa, F. N., Costa, A.P., & Moreira, A. (2019). *webQDA* [programa de computador]. Aveiro: Microio/Ludomedia.

Souza, F.B.C.S., Drezett, J., Meirelles, A.C. & Ramos, D.G. (2012). Aspectos psicológicos de mulheres que sofrem violência sexual. *Reprodução & Climatério*, 27(3), 98-103. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S141320871300006X>

Supremo Tribunal Federal (2012). *Arguição de descumprimento de preceito fundamental 54 Distrito Federal*. Disponível em:

<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3707334>

Tanaka, B.S. & Maia, A.C.B. (2020). Mulheres vítimas de violência sexual e resposta sexual na vida adulta: uma revisão de literatura. *Revista Psicologia e Educação Online*, 3(1), 83-92.

Disponível em: <https://psicologiaeducacao.ubi.pt/Ficheiros/ArtigosOnLine/2020N1/V3N1%20-%209.pdf>

Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*.

Curitiba: Editora Appris.

## APÊNDICES

### Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Presencial



**Universidade Federal do Triângulo Mineiro**  
**Laboratório de Estudos e Pesquisas em Sexualidades e Gêneros: Centro de Pesquisas**  
**Aluízio Rosa Prata.**

Rua Vigário Carlos, nº 100, sala 525, Bairro Abadia – CEP 38025-350 – Uberaba – MG  
34 3700-6613

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos você a participar da pesquisa: Vivências de mulheres sobre sexualidade e atenção à saúde após a interrupção legal de gestações decorrentes de estupro. Essa pesquisa será composta de dois estudos independentes, porém articulados. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é compreender como as mulheres produzem sentidos sobre sexualidade e sobre atenção em saúde recebida após a realização de uma interrupção legal de gestações decorrentes de estupro. Sua participação é importante, pois há a necessidade de proporcionar um local de fala, para que após a chegada de mulheres nos serviços de saúde em decorrência de violências plurais, elas possam narrar suas próprias histórias sobre o abortamento legal, ou seja, como elas encaram e criam estratégias de enfrentamento para lidar com tantas coisas. Caso você aceite participar desta pesquisa será necessário atender a uma entrevista semi-estruturada no NUAVIDAS – Hospital das Clínicas de Uberlândia com tempo estimado de 1 hora, entre os meses de Janeiro e Junho de 2022.

A presente pesquisa possui risco mínimo para as participantes, pois os temas abordados na entrevista – apesar de poderem despertar afetos ansiogênicos – possibilitam igualmente a reflexão e ressignificação de aspectos e episódios componentes de suas histórias de vida. Além disso, toda informação que possa identificar, expor ou constranger alguma participante será ocultada (por exemplo, o nome das participantes serão substituídos por nomes fictícios) ou descartada, sendo garantido o sigilo necessário para pesquisas com seres humanos. Também será garantido o sigilo e não identificação de qualquer informação solicitada pelas participantes durante e após o estudo. Caso as participantes sintam-se desconfortáveis por qualquer razão, ao longo da entrevista ou depois da mesma, poderão desistir de sua participação na pesquisa, sem qualquer tipo de coação ou constrangimento por parte da equipe executora. Também, vale enfatizar que as mesmas não terão também nenhum gasto ou ganho financeiro para participar da pesquisa. Em relação ao risco de resposta emocional não esperada, as pesquisadoras são psicólogas e têm os dispositivos necessários e habilidades para realizar o acolhimento, dispo de uma escuta ativa – ou seja: em caso de mobilização afetiva das entrevistas as entrevistadoras irão interromper a entrevista e averiguar, em comum acordo com a participante, sua retomada ou remarcação. Cabe ressaltar que

as participantes seguirão sendo acompanhadas pelo serviço de atendimento médico e psicológico do NUAVIDAS.

Espera-se que de sua participação na pesquisa você possa obter um espaço de escuta, fala e ressignificação. Para que após a sua chegada no serviço de saúde em decorrência de violências plurais, seja possível narrar suas próprias histórias sobre o abortamento legal, ou seja, como encara e cria estratégias de enfrentamento para lidar com tantas coisas; assim como a contribuição para produções científicas sobre abortamento legal, corpo e sexualidade, possibilitando auxílio para as futuras usuárias do serviço de saúde.

Você poderá obter quaisquer informações relacionadas a sua participação nesta pesquisa, a qualquer momento que desejar, por meio das pesquisadoras do estudo. Sua participação é voluntária, e em decorrência dela você não receberá qualquer valor em dinheiro. Você não terá nenhum gasto por participar nesse estudo, pois qualquer gasto que você tenha por causa dessa pesquisa lhe será ressarcido. Você poderá não participar do estudo, ou se retirar a qualquer momento, sem que haja qualquer constrangimento junto as pesquisadoras, ou prejuízo quanto atendimento médico e psicológico, bastando você dizer a pesquisadora que lhe entregou este documento. Você não será identificada neste estudo, pois a sua identidade será de conhecimento apenas das pesquisadoras da pesquisa, sendo garantido o seu sigilo e privacidade. Você tem direito a requerer indenização diante de eventuais danos que você sofra em decorrência dessa pesquisa.

Contato das pesquisadoras:

**Pesquisadoras:**

Nome: Prof. Dr. Rafael De Tilio

E-mail: [rafael.tilio@uftm.edu.br](mailto:rafael.tilio@uftm.edu.br)

Telefone: (16) 98114-5271

Endereço: Rua Vigário Carlos, nº 100, sala 525, Bairro Abadia, CEP 38025-350. Uberaba/MG

Nome: Giovanna Malavolta Pizzo

E-mail: [giovannapizzo55@gmail.com](mailto:giovannapizzo55@gmail.com)

Telefone: (16) 99133-2747

Endereço: Rua Vigário Carlos, nº 100, sala 525, Bairro Abadia, CEP 38025-350. Uberaba/ MG

Em caso de dúvida em relação a esse documento, favor entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, pelo telefone (34) 3700-6803, ou no endereço Av. Getúlio Guaritá, 159, Casa das Comissões, Bairro Abadia – CEP: 38025-440 – Uberaba-MG – de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00. Os Comitês de Ética em Pesquisa são colegiados criados para defender os interesses dos participantes de pesquisas, quanto a sua integridade e dignidade, e contribuir no desenvolvimento das pesquisas dentro dos padrões éticos.

Eu, \_\_\_\_\_, li e/ou ouvi o esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e a quais procedimentos serei submetido. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão e que isso não afetará o atendimento médico e psicológico que estou recebendo. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro para participar do estudo. Concordo em participar do estudo “Vivências de mulheres sobre sexualidade e atenção à saúde após a interrupção legal de gestações decorrentes de estupro”, e receberei uma via assinada deste documento.

Uberlândia, ...../ ...../.....

\_\_\_\_\_  
Assinatura da participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador responsável

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora assistente

Telefone de contato dos pesquisadores:

Rafael De Tilio - (16) 98114-5271

Giovanna Malavolta Pizzo – (16) 99133-2747

<b>Rubrica do participante</b>	<b>Data</b>	<b>Rubrica do pesquisador</b>	<b>Data</b>

## Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Online

### Pesquisa: Relatos de mulheres sobre sexualidade e atenção à saúde após a interrupção legal de gestações decorrentes de estupro

Olá, somos pesquisadoras do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro e convidamos você a participar da pesquisa Vivências de mulheres sobre sexualidade e atenção à saúde após a interrupção legal de gestações decorrentes de estupro que objetiva compreender como as mulheres produzem sentidos sobre sexualidade e sobre atenção em saúde recebida após a realização de uma interrupção legal da gestação decorrente de estupro.

---

\*Obrigatório

1. Se possuir interesse em nosso convite, por favor, leia e caso esteja de acordo, consinta o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a seguir. \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Abrir o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
*Pular para a seção 2 (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido)*
- Não tenho interesse em participar

#### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Contato das pesquisadoras:  
Pesquisadoras:

Nome: Prof. Dr. Rafael De Tilio  
E-mail: [rafael.tilio@uftrm.edu.br](mailto:rafael.tilio@uftrm.edu.br)  
Telefone: (16) 98114-5271  
Endereço: Rua Vigário Carlos, nº 100, sala 525, Bairro Abadia, CEP 38025-350. Uberaba/MG

Nome: Giovanna Malavolta Pizzo  
E-mail: [giovannapizzo55@gmail.com](mailto:giovannapizzo55@gmail.com)  
Telefone: (16) 99133-2747  
Endereço: Rua Vigário Carlos, nº 100, sala 525, Bairro Abadia, CEP 38025-350. Uberaba/ MG

#### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## Esclarecimento

Convidamos você a participar da pesquisa: Vivências de mulheres sobre sexualidade e atenção à saúde após a interrupção legal de gestações decorrentes de estupro. Essa pesquisa será composta de dois estudos independentes, porém articulados. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é compreender como as mulheres produzem sentidos sobre sexualidade e sobre atenção em saúde recebida após a realização de uma interrupção legal de gestações decorrentes de estupro. Sua participação é importante, pois há a necessidade de proporcionar um local de fala, para que após a chegada de mulheres nos serviços de saúde em decorrência de violências plurais, elas possam narrar suas próprias histórias sobre o abortamento legal, ou seja, como elas encaram e criam estratégias de enfrentamento para lidar com tantas coisas. Caso você aceite participar desta pesquisa será necessário atender a uma entrevista semi-estruturada no NUAVIDAS – Hospital das Clínicas de Uberlândia com tempo estimado de 1 hora, entre os meses de Janeiro e Junho de 2022. A presente pesquisa possui risco mínimo para as participantes, pois os temas abordados na entrevista – apesar de poderem despertar afetos ansiogênicos – possibilitam igualmente a reflexão e resignificação de aspectos e episódios componentes de suas histórias de vida. Além disso, toda informação que possa identificar, expor ou constranger alguma participante será ocultada (por exemplo, o nome das participantes serão substituídos por nomes fictícios) ou descartada, sendo garantido o sigilo necessário para pesquisas com seres humanos. Também será garantido o sigilo e não identificação de qualquer informação solicitada pelas participantes durante e após o estudo. Caso as participantes sintam-se desconfortáveis por qualquer razão, ao longo da entrevista ou depois da mesma, poderão desistir de sua participação na pesquisa, sem qualquer tipo de coação ou constrangimento por parte da equipe executora. Também, vale enfatizar que as mesmas não terão também nenhum gasto ou ganho financeiro para participar da pesquisa. Em relação ao risco de resposta emocional não esperada, as pesquisadoras são psicólogas e têm os dispositivos necessários e habilidades para realizar o acolhimento, dispondo de uma escuta ativa – ou seja: em caso de mobilização afetiva das entrevistas as entrevistadoras irão interromper a entrevista e averiguar, em comum acordo com a participante, sua retomada ou remarcação. Cabe ressaltar que as participantes seguirão sendo acompanhadas pelo serviço de atendimento médico e psicológico do NUAVIDAS. Espera-se que de sua participação na pesquisa você possa obter um espaço de escuta, fala e resignificação. Para que após a sua chegada no serviço de saúde em decorrência de violências plurais, seja possível narrar suas próprias histórias sobre o abortamento legal, ou seja, como encara e cria estratégias de enfrentamento para lidar com tantas coisas; assim como a contribuição para produções científicas sobre abortamento legal, corpo e sexualidade, possibilitando auxílio para as futuras usuárias do serviço de saúde. Você poderá obter quaisquer informações relacionadas a sua participação nesta pesquisa, a qualquer momento que desejar, por meio das pesquisadoras do estudo. Sua participação é voluntária, e em decorrência dela você não receberá qualquer valor em dinheiro. Você não terá nenhum gasto por participar nesse estudo, pois qualquer gasto que você tenha por causa dessa pesquisa lhe será ressarcido. Você poderá não participar do estudo, ou se retirar a qualquer momento, sem que haja qualquer constrangimento junto as pesquisadoras, ou prejuízo quanto atendimento médico e psicológico, bastando você dizer a pesquisadora que lhe entregou este documento. Você não será identificada neste estudo, pois a sua identidade será de conhecimento apenas das pesquisadoras da pesquisa, sendo garantido o seu sigilo e privacidade. Você tem direito a requerer indenização diante de eventuais danos que você sofra em decorrência dessa pesquisa.

Contato das pesquisadoras:

Pesquisadoras:

Nome: Prof. Dr. Rafael De Tilio

E-mail: [rafael.tilio@ufwm.edu.br](mailto:rafael.tilio@ufwm.edu.br)

Telefone: (16) 98114-5271

Endereço: Rua Vigário Carlos, nº 100, sala 525, Bairro Abadia, CEP 38025-350. Uberaba/MG

Nome: Giovanna Malavolta Pizzo

E-mail: [giovannapizzo55@gmail.com](mailto:giovannapizzo55@gmail.com)

Telefone: (16) 99133-2747

Endereço: Rua Vigário Carlos, nº 100, sala 525, Bairro Abadia, CEP 38025-350. Uberaba/ MG

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### Consentimento, após esclarecimento

Eu li o esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e a quais procedimentos serei submetido. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão e que isso não afetará o atendimento médico e psicológico que estou recebendo. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro para participar do estudo. Concordo em participar do estudo Vivências de mulheres sobre sexualidade e atenção à saúde após a interrupção legal de gestações decorrentes de estupro, e receberei uma via assinada deste documento.

#### 2. Você consente participar da pesquisa? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Eu consinto participar da pesquisa *Pular para a pergunta 3*
- Não concordo

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

#### 3. Qual seu endereço de e-mail? \*

Seu endereço de e-mail é importante para validarmos o seu consentimento e para enviar os resultados da pesquisa após o término do estudo.

---

Obrigada!

## **Apêndice C – Roteiro de Entrevista Semiestruturada**

### **Eixo 1 – Sexualidade, violência sexual, gravidez e aborto**

- Me conta um pouco de você?
- Por que você está aqui?
- Início da vida sexual, quando se descobriu/se percebeu mulher, sexualidade
- Narrativa da violência em si (quando, onde)
- Relação com o agressor (conhecia ou não)
- Ajuda (pediu/ tem rede de apoio/de onde veio a ajuda?)
- Primeira pessoa que contou/ o que sentiu quando contou
- Gravidez (Como foi descobrir a gravidez e se contou para alguém, se foi a primeira gravidez e se já passou por outro aborto)
- Como foi vivenciar a gravidez? (desce a descoberta até o final da gestação)
- Gravidez (Como foi a decisão pela interrupção e se teve ajuda, rede de apoio)
- Após aborto: relação com o seu corpo (consigo mesma), retomada da vida sexual, relacionamentos
- O que passar por um aborto/procedimento causou? Sentimentos, percepções, sentidos (vivência, tristeza, angústia, alívio, felicidade)
- O aborto foi da forma que você imaginava?

### **Eixo 2 – Violência sexual, interrupção da gravidez e atenção em saúde recebida**

- O que você sabia sobre o Nuavidas? (Antes de vir pra cá) Você concorda com esses direitos?
- O que você sabia sobre interrupção legal da gestação? (antes de ter sofrido violência sexual e antes de procurar pelo serviço de saúde) Você concorda com esses direitos?
- Como você decidiu vir para o Nuavidas? (Serviço de Saúde) Você teve ajuda de alguém para tomar essa decisão?
- Como foi sua chegada e recepção no serviço de saúde? E com a equipe multiprofissional? O que você sentiu?
- Em algum momento você se sentiu discriminada ou desconfortável por parte de algum destas profissionais da equipe?
- Sentiu alguma diferença, dificuldade, ou facilidade pelo fato da profissional mulher ou homem?
- Você teve apoio de algum familiar/colega durante o processo de interrupção da gestação?

- Você frequenta serviços de saúde? Quais tipos? Faz terapia?
- Como foi sua experiência no Nuavidas? Você é atendida pela equipe médica e/ou psicológica?
- Algo na sua vida mudou com o serviço prestado pelo Nuavidas?
- Há alguma coisa que você queira relatar e que não tenha sido perguntado nesta entrevista?

### **Eixo 3 – Caracterização da participante**

1. Nome e Nome Fictício
2. Idade
3. Sexo/gênero (autodesignado)
4. Orientação sexual:
5. Ocupação e renda pessoal
6. Renda individual e renda familiar
7. Nível de escolaridade
8. Composição familiar (companheiro, filhos)
9. Cor da pele/etnia
10. Orientação religiosa
11. Residência atual (cidade/estado)

## ANEXOS

## Anexo A – Aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal de Uberlândia

01/09/2021

SEI/SEDE - 15850589 - Declaração - SEI



## DECLARAÇÃO - SEI

Processo nº 23860.004523/2021-33

Interessado: Alessandra Carla de Almeida Ribeiro

## DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Declaro estar ciente que o Projeto de Pesquisa "PRODUÇÕES DE SENTIDOS DE MULHERES SOBRE SI APÓS A INTERRUPÇÃO LEGAL DE GESTAÇÕES DECORRENTES DE ESTUPRO" será avaliado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), concordar com o parecer ético emitido por este CEP, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12. Esta Instituição está ciente de suas corresponsabilidades do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar. Declaro, ainda, que o projeto de pesquisa apresentado não tem financiamento oriundo de recursos do SUS.

Autorizo aos pesquisadores RAFAEL DE TILIO // GIOVANNA MALAVOLTA PIZZO a realizar a pesquisa utilizando a infraestrutura deste Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, a fim de desenvolver o projeto supracitado.

Uberlândia-MG, 27/08/2021

ALESSANDRA CARLA DE ALMEIDA RIBEIRO  
Gerente de Ensino e Pesquisa do HC-UFU

Portaria SEI BSEH nº 81, de 24 de maio de 2021



Documento assinado eletronicamente por Alessandra Carla de Almeida Ribeiro, Gerente, em 01/09/2021, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 15850589 e o código CRC ACE96BB7.

**Anexo B - Aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal do Triângulo Mineiro****PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Relatos de mulheres sobre sexualidade e atenção à saúde após a interrupção legal de gestações decorrentes de estupro

**Pesquisador:** Rafael De Tilio

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 52708421.8.0000.5154

**Instituição Proponente:** Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MG

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 5.080.543